
**A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ESTRATÉGICA MUNDIAL
E A VALIDADE DAS TEORIAS GEOESTRATÉGICAS**

Virgílio de Carvalho

A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ESTRATÉGICA MUNDIAL E A VALIDADE DAS TEORIAS GEOESTRATÉGICAS (*)

AS PRINCIPAIS TEORIAS GEOESTRATÉGICAS

O interesse que as teorias geoestratégicas mais conhecidas poderão ter decorre principalmente de continuarem, ou não, a influenciar o comportamento das mais importantes potências.

Como é sabido, a durabilidade dessas teorias resulta da circunstância de serem fruto de análise profunda da História e de reflexões sobre a influência que a Geografia — o factor mais estável do potencial estratégico de regiões e países — tem tido nela.

Segundo o almirante Mahan (1840-1914), a chave do poder mundial encontra-se no Hemisfério Norte (60 % das terras emersas e 90 % da população mundial), e a região «pivot» situa-se na massa euro-asiática, a que chamou de «Heartland». Este geoestrategista norte-americano, que estudou profundamente as campanhas de Nélson contra Napoleão, defendia que a Potência Marítima, para manter a hegemonia mundial, teria de proceder a uma política de contenção periférica da Potência Continental nos seus limites geográficos, explorando as vantagens das comunicações marítimas sobre as terrestres, para o que teria de dispor do domínio do mar. Estima-se que as conclusões de Mahan tivessem sido influenciadas pelas dificuldades logísticas denunciadas por Napoleão para neutralizar a pontuada de Wellington em Portugal, e pelas da Rússia para dar combate ao Japão, de que resultou a desastrosa derrota na batalha naval de Tushima em 1904, em que o episódio do reabastecimento da esquadra russa na baía dos Tigres constitui um exemplo do calvário do seu longo trânsito entre o mar Báltico e o oceano Pacífico. Curiosamente, Mahan considerava que o Império Russo tenderia a expandir-se para o oceano

(*) Conferência proferida ao Curso de Defesa Nacional, no I.D.N., em 22 de Dezembro de 1982, subordinada ao tema «As Grandes Teorias Geoestratégicas e a Situação Estratégica Mundial».

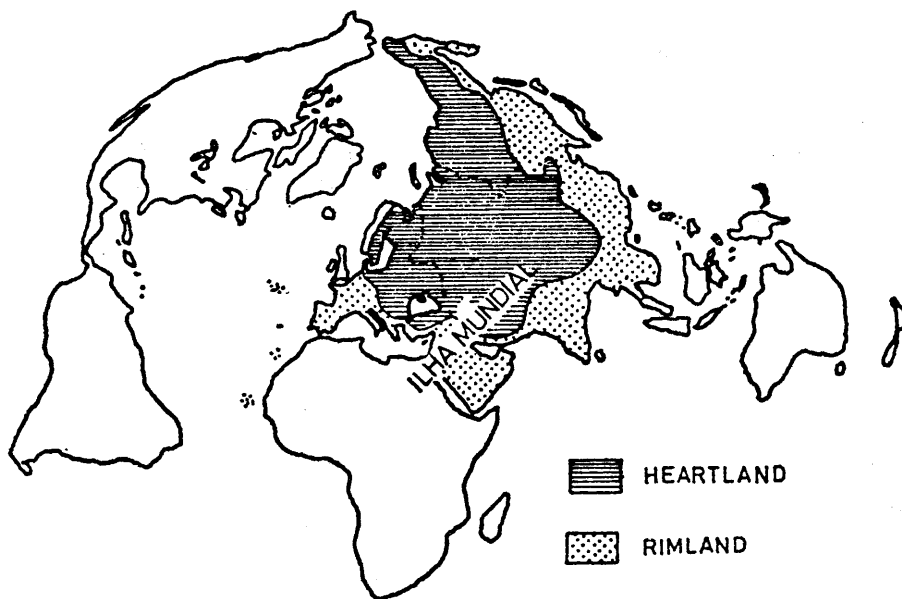
Índico via Afeganistão e Pérsia, e para o Pacífico através da Manchúria. Mahan previu que as potências marítimas, com base no Poder Naval, poderiam conter perifericamente essa expansão, mas excluiu um ataque directo e frontal à Potência Continental, que considerava inexpugnável.

Quanto ao domínio do mar, Mahan entendia que ele seria conseguido através da derrota decisiva do adversário por uma esquadra superior concentrada no local e no momento apropriados. No seu tempo, Mahan não podia prever a importância da aviação e, principalmente, dos mísseis balísticos, que «abalaram» um tanto a inexpugnabilidade da Potência Continental.

O almirante francês Castex (posterior a Mahan) expôs a curiosa tese do «perturbador continental» que, periodicamente, tenta o domínio mundial, e que teria de ser contido pela Potência Marítima. Em 1935, Castex previa que os próximos «perturbadores continentais» seriam a Alemanha e a Rússia.

Segundo o geógrafo inglês MacKinder (1861-1947), se a nação hegemónica do «Heartland» (correspondendo este aproximadamente à parte central do continente Euro-Asiático, inacessível às esquadras), que poderia ser a China, a Alemanha, ou a Rússia, desenvolvesse o seu poder terrestre, e se tornasse também ela numa potência marítima, então poderia vir a assenhorear-se da Ilha Mundial (compreendendo os continentes Euro-Asiático e Africano) e a dominar o resto do Globo. Sendo MacKinder um inglês, será de presumir que tenha tido como preocupação actuar como «advogado do diabo», lançando o alarme para um previsível fim da supremacia da Potência Marítima, no caso de a Potência Continental rasgar o continente Euro-Asiático com estradas, caminhos de ferro, aviões e explorações de recursos naturais, aumentando o Potencial Económico e Militar do «Heartland». É conhecida a sentença de MacKinder: «quem dominar a Europa do Leste domina o «Heartland», quem dominar o «Heartland» domina a Ilha Mundial, e quem dominar a Ilha Mundial domina o Mundo». No entanto, já em 1943 MacKinder reviu as suas teses, e passou então a sustentar que, se as potências marítimas ocidentais conseguissem fazer do Atlântico Norte (a que chamou de «Midland Ocean») um forte elo de ligação, seria ainda assim possível conter a potência continental hegemónica do «Heartland». Queria MacKinder cer-

tamente dizer que uma solidariedade atlântica, que integrasse os potenciais estratégicos da Europa Ocidental e do continente Norte-Americano, seria a resposta adequada ao inevitável desenvolvimento do potencial estratégico do «Heartland». Era afinal a preconização da Aliança Atlântica, baseada numa interligação que havia funcionado também no tempo de Nelson, quando a França de Napoleão não conseguiu interromper o intenso tráfego marítimo então já existente entre a América e a Inglaterra.



O professor de Relações Internacionais norte-americano Spykman (1843-1943) rejeitou a tese do confronto inevitável entre o Poder Naval e o Poder Terrestre, e expressou uma nova tese que ficou conhecida pela sentença de que «quem dominar o 'Rimland' domina a Eurásia, e quem dominar a Eurásia controla os destinos do Mundo». Spykman, considerou assim como área de decisão da disputa da hegemonia mundial a periferia do «Heartland», a que chamou de «Rimland», o qual abrangeria aproximadamente a Europa Ocidental e Meridional, o Médio Oriente, o Sudoeste Asiático (incluindo a Península Arábica e os países ribeirinhos do golfo Pérsico), o subcontinente Indiano, o Sueste Asiático, a China Oriental e

a Sibéria Oriental. Para ele, a potência que conseguisse a hegemonia no «Heartland» teria de estender primeiro o seu controlo ao «Rimland» para conseguir depois o domínio mundial.

Para o capitão inglês Lidell Hart, a Potência Marítima aproveita as vantagens da segurança que lhe confere a sua condição insular, procurando a supremacia nos mares e fomentando a divisão dos seus adversários em terra; a Potência Continental poderia procurar neutralizar as vantagens e a estratégia da posição insular da Potência Marítima através do reforço da coesão interna e do desenvolvimento do Poder Marítimo para lhe disputar ou para lhe negar o uso do mar.

Das teorias do Poder Aéreo, duas apresentam interesse no contexto da análise da validade das grandes teorias geoestratégicas. São elas a Escola Moderada, ou «Air First», e a Escola Extremista, ou «All Air». A «Air First», apesar de continuar a considerar os meios aéreos ligados ao apoio aos meios terrestres e navais, reconhece no entanto a sua capacidade para obter uma decisão por actuação autónoma. A «All Air» sustenta que a decisão reside no emprego do Poder Aéreo, dispensando assim, praticamente, os poderes Terrestre e Naval.

A Escola Moderada, de que são pensadores influentes o marechal do ar britânico Slessor e o general norte-americano Mitchel, entende que, no confronto entre a Potência Marítima e a Potência Continental, a importância do «Heartland» se atenua com o aparecimento do Poder Aéreo, porque este o torna mais vulnerável a ataque. Slessor defende uma teoria de equilíbrio «Heartland»-«Rimland», recusa a guerra total, e considera possíveis guerras limitadas no Médio Oriente e no Sueste Asiático, em que os meios aéreos apoiem acções de projecção de força contra terra a partir do mar. Mitchel advogou em 1921 a introdução do Poder Aéreo na batalha naval para a disputa do domínio do mar, o que acabou por Goering e a criação da RAF, por absorção das aviações Naval e -aviões. A própria criação da Força Aérea portuguesa parece ter-se inspirada nesta teoria, a ajuizar pelo Decreto-Lei n.º 2055, de 27 de Maio de 1952, segundo o qual a «Aeronáutica Militar» disporia de meios para operações autónomas e de outros para pôr à disposição do Exército e da Marinha para emprego dos respectivos comandos. A Escola Moderada

acrescenta, por assim dizer, a dimensão aérea às teorias geoestratégicas de Mahan, MacKinder e Spykman.

Quanto à Escola Extremista, o italiano Douhet previa o fim das guerras periféricas pelo facto de todos os países serem vulneráveis em toda a sua extensão aos meios aéreos, sendo o domínio do ar a condição necessária para vencer o inimigo. O grande desenvolvimento da Força Aérea por Goering e a criação da RAF, por absorção das aviações Naval e Terrestre britânicas, inspiraram-se nas teses de Douhet. A batalha aérea de Inglaterra, que este país e a Alemanha travaram no início da Segunda Guerra Mundial pelo domínio do ar, inspirou-se certamente nas mesmas teses, tendo correspondido, por assim dizer, à batalha naval da Jutlândia no início da Primeira Guerra Mundial, pelo domínio do mar. Só que o sucesso da RAF se ficou a dever ao domínio do mar (sem o qual não teria sido possível à Inglaterra obter combustível para os seus aviões), e que a própria decisão da guerra na Europa, obtida em terra, para a qual muito contribuíram efectivamente os bombardeamentos aéreos, não teria no entanto sido possível sem o prévio sucesso aliado na batalha do Atlântico, o qual tornou possível os desembarques no Norte de África, na Sicília e na Normandia. Mesmo na batalha naval decisiva de Midway, no Pacífico, os aviões embarcados actuaram como autênticas armas navais no combate entre os novos navios capitais — os porta-aviões — para a disputa do domínio do mar e para a projecção de força contra terra a partir do mar. O norte-americano Sversky entendeu por seu turno, em 1950, que a posição dos EUA, quanto ao Poder Aéreo, é similar à da Inglaterra no passado, quanto ao Poder Naval. Segundo ele, as batalhas navais e terrestres, sorvedouros de recursos e de vidas, deviam ser evitadas, e as bases avançadas seriam desnecessárias na era dos voos intercontinentais. Tratar-se-ia, por assim dizer, de proposta para uma espécie de «isolacionismo aéreo» (sem bases avançadas e sem alianças) tirando partido da posição insular do continente Norte-Americano, como base de ataque aéreo para obter a decisão, uma tese apenas válida em caso de aceitação da guerra nuclear.

O bombardeamento atómico do Japão no final da Segunda Guerra Mundial, e o termo imediato da resistência armada deste país, evidenciaram a concretização, pela primeira vez na História, da chamada arma absoluta, ou decisiva. Assim, não admira que a aplicação de ogivas nuclea-

res aos mísseis da chamada «Triade» (silos terrestres, aviões e submarinos) se apresentasse como um «perturbador» das grandes teorias geoestratégicas. Simplesmente, o próprio carácter absoluto do novo meio de destruição, cujo emprego será capaz de não deixar vencidos nem vencedores, levou à imediata criação da dissuasão nuclear e, ultimamente, também moral, deixando às grandes potências o recurso à estratégia indirecta, em que aquelas teorias continuam a ter inteira validade e aplicação.

A validade e a persistência das grandes teorias geoestratégicas podem reconhecer-se nos seguintes acontecimentos e factos:

- A disputa da hegemonia no «Heartland» entre os «perturbadores continentais» URSS e Alemanha, concretizada pela preocupação russa em manter os alemães divididos pela «cortina de ferro», e entre a URSS e a China, bem patente no difícil relacionamento entre ambas desde que o cisma verificado nos anos 60 pôs termo à pretensão soviética de inserir Pequim no mundo comunista liderado por Moscovo; esta disputa entre russos e chineses reconhece-se ainda na estratégia de cerco soviético à China pelo sul, através do intervencionismo militar do Vietname, e na classificação da União Soviética como inimigo principal da China pronunciada nos X e XI Congressos do Partido Comunista Chinês;
- A apressada progressão militar soviética para Oeste no final da Segunda Guerra Mundial, e a posterior satelitização da Europa Oriental, com todos os acontecimentos conhecidos que, desde aí, se têm verificado na Hungria, Checoslováquia e Polónia;
- A preocupação dos dirigentes soviéticos com a invulnerabilidade do seu território a ataques externos, evidenciada por: criação e manutenção de estados-tampões na Europa e no Sudoeste Asiático (possivelmente foi também este um dos objectivos da intervenção no Afeganistão); forte presença militar na fronteira com a China; desenvolvimento da defesa da fronteira marítima (através de artilharia e missilaria de costa, aviação naval, submarinos e navios ligeiros lança-mísseis antinavio); e na criação de meios oceânicos para ataque a submarinos nucleares lança-mísseis balísticos adversários e para protecção dos próprios;

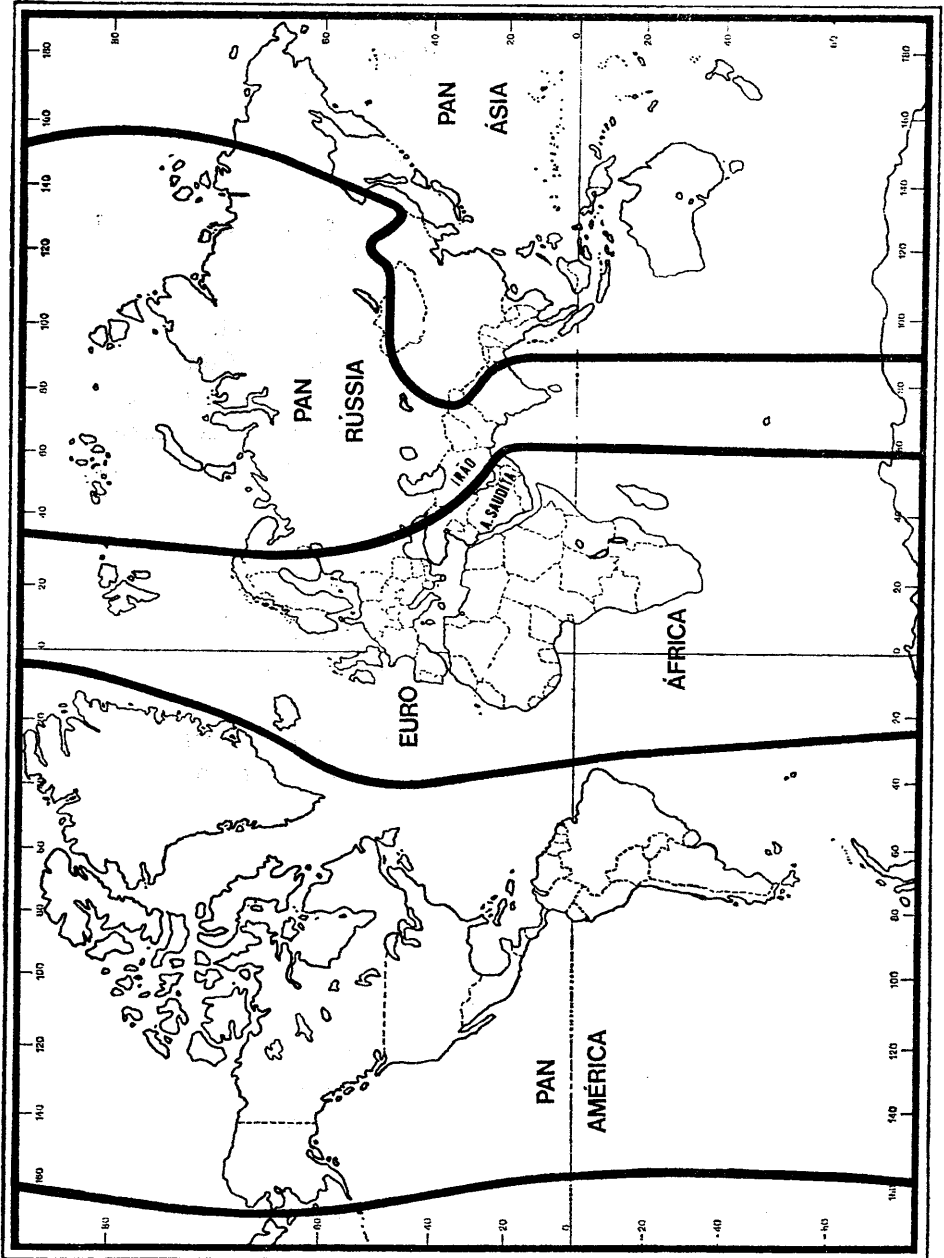
- A ocupação de surpresa da Manchúria pela URSS, no final da Segunda Guerra Mundial, já com o Japão abatido pelos bombardeamentos atômicos norte-americanos;
- A intervenção militar da URSS no Afeganistão, colocando o seu Poder Militar apenas a 500 km do estreito de Ormuz e dos «mares quentes» sonhados pela imperatriz Catarina II;
- A estratégia de sistemático desmoronamento da influência ocidental no «Rimland» (do Sudoeste ao Sueste Asiático) e também noutras regiões de que o Ocidente depende para a sobrevivência da sua economia, através de apoio a lutas de libertação, de estratégia ideológica e de «diplomacia militar»;
- Aproveitamento da instabilidade do Médio Oriente e da crise petrolífera mundial pela URSS para se apresentar perante a Europa Ocidental como fornecedor mais seguro de hidrocarbonetos, procurando obter em troca meios financeiros e tecnológicos que lhe permitam ir desbravando e desenvolvendo a Sibéria por meio de implantação de vias férreas que permitam fáceis ligações à costa do Pacífico, e também por exploração dos seus recursos naturais;
- A preocupação dos EUA na contenção da expansão da União Soviética, visível através de: criação de alianças como a Atlântica, e ainda as já desaparecidas CENTO e SEATO, respectivamente para o Sudoeste e Sueste asiáticos; redução da influência soviética no Médio Oriente e na zona do canal de Suez, pelo apoio a Israel e pela promoção de um clima de paz a alcançar pelo progressivo cumprimento do Acordo de Camp-David; «iniciativas de libertação» do Zimbábwe e da Namíbia; instalação de uma base aeronaval na ilha de Diego Garcia, no Índico Central; criação da Força de Intervenção Rápida e garantia dos respectivos trampolins intercontinentais e apoios avançados no Médio Oriente; e tentativa de obstrução à construção do gasoduto siberiano para a Europa;
- O reconhecimento pela URSS da importância vital da solidariedade atlântica para a sobrevivência do Ocidente, e as tentativas para o seu enfraquecimento através de iniciativas como: a instalação de mísseis de teatro «SS-20» apontados à Europa Ocidental; o gasoduto siberiano; a já referida intervenção militar no Afeganistão; o apoio a Cuba e, conseqüentemente, ao fomento de instabilidade nas Antilhas e América Central; o apoio à Argentina no caso das Malvinas;

o possível envolvimento indirecto da Europa pelo Norte de África, através da Frente Polisário.

EVOLUÇÃO POSSÍVEL DA SITUAÇÃO ESTRATÉGICA MUNDIAL

A viabilidade de acesso a recursos económicos naturais existentes no Globo parece de momento poder ser o factor mais influente na evolução da situação estratégica mundial. Para além da sua importância fundamental no Contexto do Conflito Leste-Oeste, nome que hoje se dá à histórica disputa entre a Potência Marítima e a Potência Continental para o domínio mundial, a questão dos recursos naturais está na origem doutro Conflito, o Norte-Sul, entre o Mundo em Desenvolvimento dos fornecedores de combustíveis e matérias-primas e o Mundo Desenvolvido dos seus utilizadores. Mas nem sequer este Conflito passou despercebido aos pensadores geoestratégicos, designadamente aos da Escola de Munique (como Karl Haushofer, que se inspirou por sua vez nas teses do sueco Rudolph Kjeller), a qual ficou um tanto desacreditada pelo desvirtuamento que os nazis imprimiram às suas teorias do espaço vital. Como se sabe, aquela Escola dividia o Mundo em sectores Norte-Sul, ou «Pan-Regiões», em que a complementaridade produtor-utilizador é patente. Curiosamente, a linha de separação entre as «Pan-Regiões» Rússia e Euro-África passa pelo golfo Pérsico, deixando do lado de cá a Arábia Saudita, cuja preservação no campo ocidental constitui hoje, realmente, uma das grandes preocupações dos EUA, dadas as suas enormes reservas em hidrocarbonetos.

Na chamada «guerra dos recursos» aparecem como os mais prováveis fulcros de atenções das maiores potências as regiões produtoras de hidrocarbonetos (Sudoeste Asiático, África Ocidental, América Central e Sibéria), as produtoras de minerais estratégicos (África Austral, Sibéria, Antárctida e os oceanos) e as produtoras de recursos alimentares, principalmente de cereais (EUA, Canadá, Argentina, CEE e Sudão). Por outro lado, a simples posse de recursos naturais (energéticos, minerais ou alimentares), ou de situação geográfica que facilite o acesso às fontes produtoras, confere a determinadas regiões, ou mesmo a certos países, por vezes pequenos, aquilo que o prof. Adriano Moreira tem designado por Poder Funcional. Este, devidamente brandido, parece susceptível de poder conferir aos seus detentores uma capacidade de manobra externa desproporcionada relativamente aos restantes factores do seu Poder Nacional,



e de assim poder provocar inflexões inesperadas na situação mundial. Os casos de Israel, dos choques petrolíferos, e do vexame sofrido pelos EUA em Teerão, constituem exemplos elucidativos do Poder Funcional de algumas regiões e de potências menores. Coube a Afonso de Albuquerque, no tempo em que o petróleo eram as especiarias, a honra de ter reconhecido e utilizado em primeiro lugar o Poder Funcional geoestratégico de certas posições, e não aos ingleses, que reclamam muitas vezes para si tal clarividência, quando o que é verdade é que se limitaram a copiar o genial estrategista português. Efectivamente, a progressão das explorações e da influência portuguesa no Mundo assentou no controlo dos hoje chamados «Choke Points», como o estreito de Gibraltar (ocupação de Ceuta), cabo da Boa Esperança, estreito de Ormuz, estreito de Malaca, etc.) e no domínio do mar. Com o actual recrudescimento da «guerra dos recursos», a importância dos «Choke Points», e também a dos trampolins transcontinentais de acesso, têm tendência a aumentar. Será provavelmente por isso mesmo que os EUA, no seu papel de Potência Marítima, correm riscos de credibilidade por causa da República da África do Sul, da questão das Falkland, de Gibraltar, de Marrocos, de Israel, etc. Por outro lado, havendo cada vez maior dificuldade política em conseguir pontos de apoio em terra, a nova Potência Marítima procura assegurar a utilização de posições insulares (ilhas portuguesas, Falkland, Diego Garcia, etc.), e lança ainda mão de preposicionamento flutuante de homens e de material em áreas vizinhas de regiões sensíveis, como está acontecendo nas proximidades do golfo Pérsico.

A crescente importância da «guerra dos recursos», simultaneamente com o cada vez maior risco de escalada de violência em regiões onde se verificam perigosas concentrações de meios de destruição, como sucede na Europa Central, poderão ir deslocando gradualmente a atenção das superpotências para outras regiões do «Rimland». A propósito, não deixará de ser curioso que o estrategista norte-americano prof. Ray S. Clyne, no seu livro «World Power Assessment 1977», já sustentasse que a importância das regiões se avalia pelo seu Poder Politéctónico (conjunto de Poder Político, Económico e Militar) e que existem apenas três regiões politectónicas principais: a América do Norte, a União Soviética e a China. Este possível desvio das atenções e das estratégias das superpotências da Europa para outras regiões começa a dar alguns sinais visíveis nas tendências do seu

armamento, dando a ideia que ambas estarão a virar-se gradualmente para hipóteses de intervenção no Mundo em Desenvolvimento, principalmente em regiões situadas no «Rimland», cujo controlo Spykman considerou decisivo para a luta pela hegemonia mundial. O tipo de intervenção das superpotências em áreas do chamado Terceiro Mundo, a ajuizar por intenções declaradas, e por práticas já correntes, e ainda pelo material de guerra planeado, poderá revestir-se de aspectos de presença preventiva, ou interposição (tendo como objectivo dissuadir um adversário de intervir pelo risco de confronto e conseqüente escalada de violência), ou de presença reactiva (intervenção militar local, limitada na geografia, nos objectivos, nos contendores, nas armas e no tempo). Efectivamente, no planeamento naval soviético, ao tempo que os seus estrategistas falam de missões externas para as suas Forças Armadas, começa a despontar uma nova capacidade de permanência naval em áreas distantes, revelada pelos cruzadores de propulsão nuclear da classe «Kirov», pelos navios de apoio de 40 000 toneladas de deslocamento da classe «Berezhina» e pelos navios de assalto anfíbio médios de 13 000 toneladas de deslocamento da classe «Ivan Rogov». De salientar também as tendências da capacidade de intervenção aerotransportada da URSS, já empregada na Etiópia e no Afeganistão, estimável a partir do raio de acção da grande maioria dos seus aviões de transporte que, roçando pelas 3000 milhas, parece apontar efectivamente para intervenções no «Rimland». Quanto aos EUA, está a ser revelada muito claramente a intenção de revolucionar vastos sectores do Exército em termos de mobilidade estratégica e táctica com a criação de grandes unidades aerotransportáveis, a apoiar em trampolins transcontinentais e em pontos de apoio flutuantes preposicionados.

Cabe aqui referir que uma evolução para um maior aproveitamento do carvão para redução da dependência dos hidrocarbonetos é susceptível de aumentar o Poder Funcional de países dispendo de consideráveis reservas, como a China, Austrália, África do Sul e EUA. No respeitante a abastecimento da Europa em carvão, a segurança da sua obtenção poderia ser maior relativamente à dos hidrocarbonetos, nomeadamente no concernente a rotas marítimas, que poderiam ser limitadas ao Atlântico, diminuindo assim, de certo modo, os problemas da Potência Marítima.

Outra evolução da situação estratégica deveras importante é a da URSS para Potência Marítima de primeira grandeza (como temia MacKINDER), efectuada de modo profundo, uma vez que contempla tanto as Marinhas civis como a militar, num plano integrado de autêntico Poder Marítimo. A evolução do Poder Naval da URSS acentuou-se após o traumatizante recuo na Crise de Cuba em 1962, transmitindo precisamente por isso a noção de que não tenciona abandonar os seus propósitos, e que os seus estrategistas se terão convencido que não poderiam levar a cabo a política externa do país sem Poder Naval adequado, em conformidade com as teses de Mahan. O plano de construção de porta-aviões clássicos, juntamente com a de outros navios atrás referidos, e a aludida crise de Cuba, sugerem efectivamente uma futura actuação da URSS como Potência Marítima, possivelmente até para apoiar uma hipotética contenção dos EUA na sua própria área geográfica. Realmente, a cada vez maior instabilidade que se verifica nas Caraíbas e na América Central, acompanhada de crescente hostilidade de países desta região contra Washington, poderá ser o prelúdio de próximo estabelecimento de um autêntico «Rimland» que, absorvendo boa parte das disponibilidades e das atenções dos EUA, possa distrair os seus responsáveis do resto do Mundo e, particularmente da Europa, o que tem sido exactamente apontado como podendo ser o objectivo primário da estratégia soviética.

Quanto aos EUA, não poderão restar dúvidas de que os seus estrategistas se estão apercebendo da importância da margem asiática do Pacífico onde, para além de se encontrarem a China e grandes países insulares como a Indonésia, a Austrália, a Nova Zelândia e o Japão (este um importante concorrente económico e tecnológico), se verifica crescente Poder Económico de pequenos países ribeirinhos do «Rimland» asiático, onde a assimilação da tecnologia nipo-americano, juntamente com a capacidade de trabalho, disciplina e saúde moral das respectivas populações, está produzindo um autêntico milagre, desde os têxteis aos aços, em contraste chocante com o que se passa na Europa Ocidental. E não é apenas aos estrategistas norte-americanos que a nova realidade politectónica do «Rimland» asiático não escapará. É certamente por isso, entre outras coisas, que não deverá espantar que a URSS tenha vindo a atribuir crescente importância à base aeronaval de Petropavlovsk, na Península de Kamchatka, e a aumentar a sua força naval no Pacífico, e que persista em não devol-

ver as ilhas Kurilas ao Japão, pois do seu controlo depende o livre acesso àquela base e ao Mar de Ostok.

Os estrategistas norte-americanos parece terem compreendido já a necessidade de rearmar o Japão, cujos dirigentes também começam a manifestar inquietação por não vislumbrarem de momento capacidade na Marinha norte-americana para contrariar os efeitos da crescente presença naval soviética na região. Por outro lado, a referida evolução está certamente a chamar a atenção dos estrategistas de Washington para a posição central da Ilha-Continente Norte-Americana relativamente a dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, que caminham para uma paridade em valor estratégico no âmbito do conflito Leste-Oeste. As consequências duma percepção deste tipo não se farão porventura esperar em termos de procura de uma «solidariedade pacífica» de tipo «mackinderiano», estando possivelmente já a transparecer das conhecidas polémicas sobre a eventual redução de forças norte-americanas na Europa Central e no Mediterrâneo para atender a outras necessidades, e dos abalos cada vez mais intensos que a solidariedade atlântica tem ultimamente suportado.

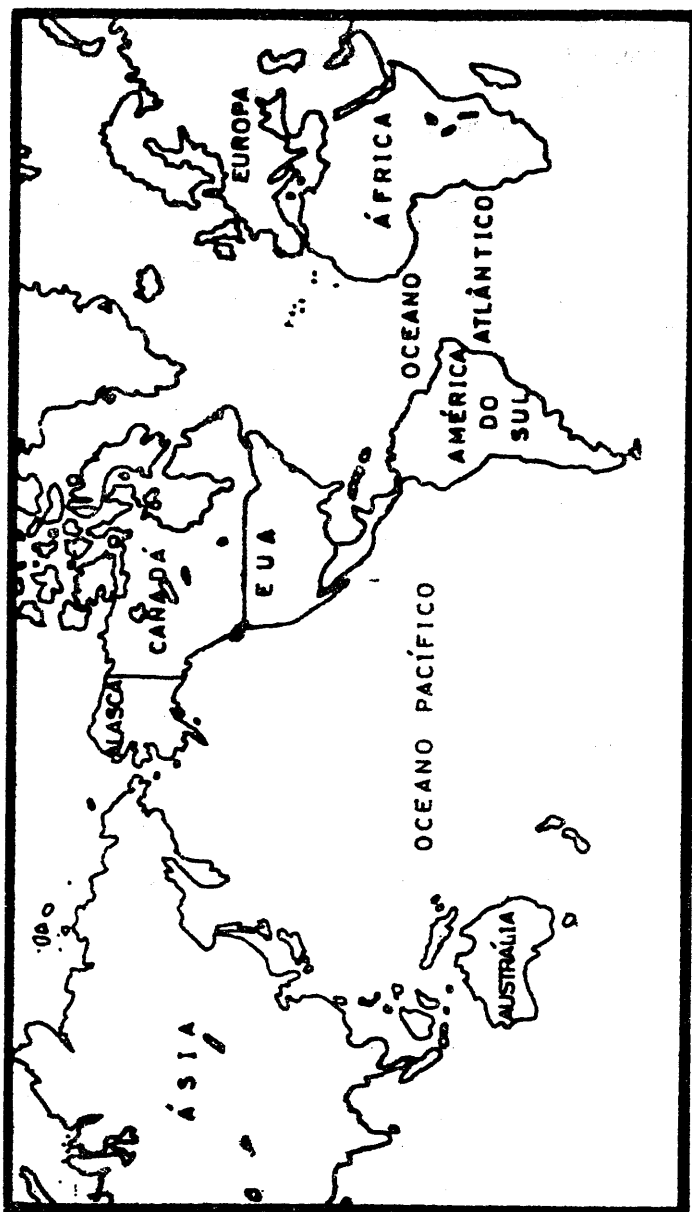
O novo ânimo e agressividade externa dos EUA, a confirmarem-se, dando por exemplo lugar a um efectivo esforço rearmamentista, poderão reflectir-se em dificuldades para a URSS, que se encontra já algo assoberbada com crescentes compromissos externos e internos que lhe tornarão difícil manter-se a par, podendo daí resultar o reaparecimento dos velhos e clássicos pavores de cerco estratégico, de dependência externa, de fragmentação nacional e de estagnação económica. Por outro lado, a eventualidade de a URSS poder não ter recursos energéticos e minerais disponíveis para satisfazer totalmente as crescentes necessidades dos países da Europa do Leste, poderá levar estes a procurá-los fora do mercado soviético, agravando os receios de segurança de Moscovo com um possível desmoronamento do seu sistema de estados-tampão. Talvez por tudo isto, a URSS, que tem 85 % das suas reservas em recursos naturais para lá dos Urais, se não dispuser entretanto de meios financeiros e tecnológicos para os explorar, terá tendência a aumentar a sua pressão no «Rimland» do Sudoeste Asiático para os obter. Parece ser em grande parte do referido que decorrem as divergências entre norte-americanos e europeus quanto à conveniência do gasoduto siberiano e, porventura, a recente aparente compreensão e cedência de Washington neste ponto. O caso é que poderá

efectivamente ter sido achado mais conveniente evitar que o clássico jogador de xadrês que tem sido o homem russo se veja obrigado pela insegurança a evoluir para jogador de «poker», apostando em desespero no seu trunfo militar e numa ilusória falta de resposta adequada do Ocidente.

O outro possível «perturbador continental», ou potência politectónica, a China, encontra-se de momento numa fase de desenvolvimento e de consolidação que lhe não tem permitido desempenhar o papel que certamente vai ter no contexto internacional. Até agora, em termos geoestratégicos, tem-se preocupado principalmente em consolidar a frente interna e em impedir a hegemonia da URSS no «Heartland», denunciando-a exactamente como potência com propósitos hegemónicos, e criando um sistema dissuasor militar e nuclear essencialmente voltado contra ela, ao tempo que apoia a solidariedade atlântica, encoraja os esforços de união europeia e vai intervindo a favor de países do «Rimland» ameaçados de influência soviética, tudo numa perspectiva de contenção da expansão da URSS. Uma vez vencida a actual fase de consolidação, será de prever uma evolução da China também para o mar, o que tenderá a aumentar as atenções dos EUA com o Pacífico, com consequente hipotética repercussão na solidariedade atlântica.

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DA EVOLUÇÃO ESTRATÉGICA MUNDIAL PARA PORTUGAL

No que toca a Portugal, a crescente importância dos EUA como actor fulcral no contexto estratégico mundial (o que decorre da sua posição geográfica insular central, do seu crescente Poder Politectónico, da sua recuperação moral e militar, e da sua ímpar capacidade de diálogo com todas as partes em todas as regiões) é natural que venha a ser posta em confronto com a imagem que a Europa Ocidental está dando de si mesma como uma península do continente Euro-Asiático, não apenas em termos geográficos, mas também em matéria de força anímica. Efectivamente a Europa, continuando a debater-se com problemas sérios de coesão e de determinação competitiva, tarda em conseguir projecção correspondente ao seu Potencial Estratégico Material, o qual é muito grande, mesmo a despeito da sua conhecida dependência em hidrocarbonetos e em matérias-primas do exterior.



Os estrategistas e os políticos portugueses não deixarão certamente de reflectir serenamente no que mais convirá ao País, tendo principalmente em atenção que, no contexto do grande conflito Leste-Oeste, a solidariedade atlântica tem largo contributo para a preservação da coesão interterritorial portuguesa que, de outro modo, poderia eventualmente tornar-se mais difícil, face à política nacional simultaneamente pró-atlântica (Aliança Atlântica) e pró-europeia (CEE). A tal propósito, não escapará certamente ao pensamento estratégico português que o Poder Funcional de Portugal é um no sentido atlântico, e outro, muito diferente, no sentido europeu. Efectivamente, Portugal foi convidado para membro fundador da Aliança Atlântica, tendo sido preferido à Espanha, ao passo que tem de lutar pelo ingresso na Comunidade Europeia, o qual tem sido protelado, e tende a ser subordinado ao da Espanha. Para Oeste, a liberdade do mar e o reforço de coesão interterritorial como base de importante Poder Funcional e, para Leste, o constrangimento geográfico da Espanha e o risco de funcionar a «fronteira estratégica» da defesa em profundidade dos EUA, entre as ilhas atlânticas e a Euro-África (de que falava a Administração Nixon) no caso de fraquejar a solidariedade atlântica. Aliás, a História prova que a opção atlântica foi sempre aquela que garantiu a individualidade e a independência portuguesa, e a que lhe conferiu inclusivamente um atestado de competência invulgar, não apenas em resultado do sucesso do desbravamento sistemático de novos mundos e de propagação da civilização ocidental, mas também do notável feito que consistiu em assegurar a integridade territorial do enorme Brasil e em cimentar a sua hegemonidade cultural linguística e religiosa, tudo constituindo um legado em termos de potencialidade politectónica que hão-de assegurar ao país irmão um futuro invulgar. Aliás, não são poucos os sinais que estão dando a impressão de que se conta ainda com os portugueses para terminar obra idêntica em países lusos mais recentes.

Os estrategistas e os políticos portugueses reflectirão certamente na conveniência de pugnarem pelo fortalecimento da solidariedade atlântica como um autêntico interesse nacional, dado ela constituir efectivamente o ambiente mais favorável para a actual política simultaneamente pró-atlântica e pró-europeia. Em qualquer caso, para que se evitem surpresas graves, não deixarão certamente de aconselhar atenção, flexibilidade e pragmatismo consentâneos com o Interesse Nacional, tendo em conta que a atlanticidade do Território português, a que a coesão interterritorial em-

presta o maior vigor, é efectivamente um interesse vital do País e também a base do seu Poder Funcional de maior relevância. A propósito, diga-se que, não apenas para preservar a coesão interterritorial, mas também para tirar o devido partido do Poder Funcional do Território Nacional no contexto da Comunidade Atlântica, convirá indiscutivelmente que a defesa militar ao Poder Militar nacional seja compatibilizada com a geografia e com a vocação atlântica do País. O contrário, para dar um exemplo comezinho, corresponderia mais ou menos a ter uma loja no local mais concorrido da cidade e de deixar a sua exploração a outrem, com o risco adicional de vir a perder o direito à sua posse, por força de razões consuetudinárias.

O PODER ESPACIAL

Para terminar, uma breve reflexão sobre o Espaço e o Poder Espacial, que alguns admitem já como podendo ser um novo «perturbador» da viabilidade das grandes teorias geoestratégicas, à semelhança do que sucedeu com o Poder Aéreo.

Embora pareça ser ainda cedo para prever seja o que for de tipo revolucionário, pelo menos com os elementos de que se dispõe, o que é facto é que, da evolução mais recente detectada nos armamentos e no pensamento estratégico das duas superpotências, que são precisamente as que mais se adiantaram na corrida espacial, nada parece indicar que o «perturbador espacial» esteja a tirar os pés do chão aos seus estrategistas e que, por conseguinte, a validade das grandes teorias geoestratégicas corra «risco» imediato. Por outro lado, os alvos mais óbvios das «guerras espaciais» parecem poder ser de momento os mísseis balísticos com ogiva nuclear, os satélites de comunicações, comando e controlo, e os satélites de vigilância, ou de informações. Sendo assim, a chamada «guerra espacial» poderá resumir-se nos tempos mais próximos ao seu relacionamento com a guerra em terra, no mar e no ar a que estamos habituados, como aliás parece sugerir o que tem transpirado das missões do «shuttle» Colúmbia norte-americano.

Entretanto, e arriscando algo no campo da futurologia, não será porventura de pôr de parte a hipótese de virem a definir-se para o espaço, à semelhança do que aconteceu com o mar, conceitos estratégicos de «space use» e de «space denial» para a disputa do seu controlo, bem como con-

ceitos ulteriores de projecção de força a partir do espaço contra terra e contra o mar, e ainda de utilização do espaço para fins económicos. Mas isso não será porventura para já, e parece difícil de prever que possa colidir, ou não, com as grandes teorias geoestratégicas ao nível da Terra.

O que parece no entanto mais provável é que o avanço de que os EUA e a URSS já disfrutam na corrida espacial proporcione distanciamento decisivo do seu potencial politectónico relativamente ao dos outros, aumentando a sua influência na condução dos assuntos do Planeta, com todas as consequências que daí são de esperar. Designadamente, a acentuação da interferência do conflito Leste-Oeste, actual designação da histórica disputa entre a Potência Marítima e a Potência Continental, em outros conflitos e, paradoxalmente, talvez a possibilidade de aumento dos graus de liberdade de que potências menores já estão usufruindo, pelo crescendo da «importância do terror» que tem de certo modo manietado as maiores potências desde que acederam ao Poder Nuclear.

CONCLUSÃO

Em conformidade com o exposto, parecerá que as grandes teorias geoestratégicas poderão continuar a manter o seu interesse, pelo menos como elemento de indispensável estudo e reflexão, para fins de previsão e de análise de situações. Isto porque, em boa medida, os pensadores geoestratégicos analisam detidamente a história da utilização da Geografia pelo homem e as servidões que ela impõe às suas estratégias, de que se podem retirar elementos preciosos para avaliar eventuais intenções de antagonistas, as quais constituem o factor que, multiplicado pelo potencial estratégico ou capacidade deles, fornece indicações úteis sobre a probabilidade de ameaças.

No que nos toca mais directamente, a análise da Geografia e da História diz-nos que poderão tender a persistir tentações de integração do potencial geoestratégico da Península e de consideração das ilhas Atlânticas como trampolim intercontinental em várias direcções, com consequente tensão divisionista do potencial geoestratégico do conjunto territorial nacional. Tenderá também provavelmente a persistir a possibilidade

de interacção Noroeste Africano-Península Ibérica-ilhas Atlânticas. Quanto à capacidade de eventuais antagonistas do Interesse Nacional, ela pode assumir hoje aspectos menos suspeitos do que a de natureza militar, tanto mais tentadoras quanto maiores forem as correspondentes vulnerabilidades nacionais.

Virgílio de Carvalho

Capitão-de-mar-e-guerra